

Que lugar para os estudos empíricos, hoje?

ROSA MARIA SEQUEIRA
(Universidade Aberta)

A vertente dos estudos empíricos que, desde os finais dos anos 1960, participou da renovação dos estudos literários na Alemanha a par da hermenêutica histórica e fenomenológica, respectivamente protagonizadas por Jauss e Iser, nunca chegou a atingir a projecção do projecto hermenêutico.

Depois da importância que na época teve o documento apresentado em 1969, «Ansichten einer künftigen Germanistik», assinado por Jauss, Iser e Siegfried Schmidt, os estudos empíricos ficaram aquém das suas expectativas iniciais, quer na sua ambição de se constituírem como um projecto alternativo e melhor no sentido de ser mais abrangente em relação à hermenêutica, quer de se afirmarem com uma perspectiva significativa nos novos caminhos dos estudos literários.

No início dos anos 1970 na Alemanha, os estudos empíricos pretendiam contemplar a esfera social mais alargada numa altura de reestruturação académica depois de um período de práticas neutras introduzidas no pós-guerra que correspondiam às técnicas de análise estruturalistas. A nova abordagem empírica do fenómeno literário consistia, no fundamental, em considerar o sistema social da comunicação literária a partir de uma teoria de acção pragmática, tendo em conta determinados agentes com as suas estratégias de acção no interior dos vários subsistemas pertencentes ao sistema literário. Por exemplo, em relação a um subsistema de mediação, o estudo dos modos de socialização ligados ao fenómeno literário poderia incidir na análise de estratégias de actuação ou procedimentos de rotina na política editorial de uma editora ou, em relação a um subsistema de transposição (ou seja, um subsistema de recepção num contexto de aplicação), no modo como um estudante comenta um texto com o intuito de se fazer valer na sua vida académica. Abandonando a fixação dos estudos literários na interpretação, o que alegadamente a hermenêutica não tinha deixado de fazer, a maior abrangência derivaria do facto de se considerar o sistema literário no seu todo, sendo a interpretação uma operação entre outras no interior do sistema.

Não deixa de ser curioso estabelecer o paralelo entre o que se argumentava então e a defesa actual dos estudos culturais que fazem autores como Antony Easthope (1991) ao acentuarem o deslocamento de interesse

do autor para a produção social ou colectiva e ao adoptarem uma perspectiva que quer anular as hierarquias. Em ambos os casos, na viragem para o empirismo e para a cultura de massas, os estudos literários sairiam legitimados pela utilidade social.

Mas como bem nota Geoffrey Hartman, o paradoxo consiste em que, embora os estudos culturais demonstrem uma certa preocupação social e se pretendam anti-elitistas, todas as análises têm lugar num grupo restrito que usa um discurso altamente especializado. Sendo uma *Fach*, os estudos culturais não podem deixar de constituir uma esfera separada (cf. Hartman, 1997: 38). Se ainda considerarmos a relação estabelecida por Foucault entre os lugares institucionais e as sociedades de discursos, então as alegações dos proponentes dos estudos culturais parecem algo ingénuas na medida em que estas sociedades «têm por função conservar ou produzir discursos, mas para os fazer circular num espaço fechado e não os distribuir senão através de regras estritas» (Foucault, 1971: 41). Na sua fase inicial, a Teoria Empírica da Literatura (TEL) era bem exemplo disto ao ostentar uma linguagem cifrada constituída por fórmulas e gráficos, usada em disciplinas às quais primeiro se associou, a biologia de Maturana e a física matemática de Sneed. Iglésias Santos (1994) e Weisberger (1996) criticam, com ironia, a gratuitidade deste procedimento e descobrem aí o intuito de criar uma espécie de cartão de acesso a uma «comunidade distanciada da ignorância e vulgaridade das massas».

Seja ou não pela utilização de um certo tipo de linguagem afastada da que, por tradição, até aí tinha sido usada nos estudos literários, o certo é que a TEL nunca chegou a ter grande projecção internacional, à excepção da Holanda, onde há investigação apreciável nesta área. Em contrapartida, a teoria da recepção de Jauss veio trazer resultados bem mais interessantes no âmbito da sociologia do conhecimento ao revelar modelos comunicacionais que proporcionaram também uma nova perspectiva da história da literatura.

Uma das razões para a pobreza de resultados da teoria empírica prende-se com a natureza do seu objecto de estudo. Tanto Jauss como Iser continuam a privilegiar o texto literário. E isto apesar de, na teoria de Iser, não estar tanto em causa a ficcionalidade em si, mas o contrato entre autor e leitor regulado por uma «encenação de discurso» e a dimensão histórica que dá Jauss à literatura poder ser entendida como prática social. Mas se folhearmos a última obra que Jauss publicou, *Wege des Verstehens*, o que vemos é Proust (autor de *La Recherche du Temps Perdu*) a ler Dante, Anthony Trollope (autor do romance *Can You Forgive Her?*) a ler *The Portrait of a Lady* de Henry James, Balzac (autor de *Le Père Goriot*) a ler Shakespeare... Em conclusão, Jauss interessa-se pelo leitor apenas na medida em que ele é autor. Já o objecto de estudo da TEL é o Texto Comunicativo, isto é, uma leitura da obra literária ou de qualquer outro documento produzido em resultado da vida literária em conformidade com determinados pressupostos, convenções ou práticas institucionais e finalidades dos indivíduos que se movimentam no interior de um sistema, muito raramente de autores. Ora o interesse destes documentos não pode rivalizar com as próprias obras literárias do

ponto de vista da força imaginária do mundo representado ou da sedução que exerce a compreensão de uma determinada obra por um autor que escreve outra obra. Eles apenas revelam, não algo que nos fascina como a literatura, mas apenas o modo como as instituições sociais lidam com ela. Mas essa não será também uma função importante da crítica descritiva e da teoria? Tem razão Norbert Groeben (que lançou na Alemanha a vertente do racionalismo crítico nos estudos empíricos) em atribuir tanta importância às valorizações sociais que denominam a literatura, a sancionam e a dão a conhecer como tal. O problema é que Groeben julga poder arredar o julgamento de valor do próprio investigador pelo uso de determinados instrumentos metodológicos, como se ele não participasse de todo da investigação, para chegar às valorizações sociais, assim garantindo, no seu entender, a fiabilidade científica.

Parece claro que a aparente objectividade dada por «resultados científicos» semelhantes aos das ciências sociais desloca a objectividade de aproximação ao texto, que as análises do tempo do estruturalismo pressupunham, para a objectividade de aproximação às leituras. Por isso, se argumenta de um modo depreciativo que os estudos empíricos servem para reclamar o prestígio científico depois de desaparecida a literariedade. Mas essa é a preocupação de apenas uma vertente do empirismo alemão, a do racionalismo crítico de Norbert Groeben. Esta teoria pretende ultrapassar o simples rigor de conhecimento que, na vertente construtivista de Schmidt, significa só a possibilidade de submeter qualquer resultado a discussão, para ir no sentido da procura de certeza, encarada como sinónimo de verdade demonstrada. Talvez por essa razão, numa altura em que a própria teoria da ciência, em vez de elaborar, vem relativizar critérios para a demarcação da ciência, os estudos empíricos de Groeben sejam ainda menos populares do que os de Schmidt.

A meu ver, as duas principais razões para isso devem-se precisamente ao facto de os seus pressupostos se mostrarem inadequados em relação ao quadro teórico actual. Primeiro, a ideia de concretização ideal de Ingarden, abandonada na hermenêutica moderna, ainda desempenha um papel fundamental nesta vertente do empirismo. A segunda razão consiste na validade científica assente na objectividade da separação rígida entre sujeito e objecto, neste caso, entre os dados da recepção das obras literárias (relativos a determinados grupos com representatividade social, uma vez que se visa uma generalização) e entre a interpretação feita pelo investigador desses dados. Nem para a hermenêutica moderna nem para o construtivismo esta separação é fundamental, nem sequer a noção de objectividade. Na teoria de Schmidt, o investigador faz parte do sistema literário e não pode deixar de fazer parte dele. Por outras palavras, não há qualquer propriedade dos objectos que seja independente das construções textuais e objectivos dos sujeitos. O mundo e o discurso sobre o mundo dependem das convenções do sujeito na medida em que «mundo» equivale a «versão de mundo». Tanto para o construtivismo empírico de Schmidt como para o construtivismo filosófico de Nelson Goodman (1995), não há maneira de comparar uma versão com uma realidade não conceptualizada.

Já a teoria de Groeben se apoia em dois tipos de objectividade típicos do século XIX, mas que até podem opor-se: a objectividade mecânica, dada por instrumentos, e a objectividade comunitária dada pela generalização. Em contrapartida, as mais recentes ciências da comunicação diferenciam-se no ponto em que consideram, já não a categoria física da informação ou, na expressão de Jauss, «o mundo do sinal sem sujeito», mas «o mundo do sentido intersubjectivo», evoluindo da consideração das manifestações linguísticas para o âmbito cultural e ultrapassando a dicotomia texto-mundo na medida em que o texto é um mundo linguístico imanente e o mundo um texto legível (cf. Jauss, 1994: 412-414).

Mais importante do que a objectividade metodológica é, pois, a validade dos julgamentos de valor. É nesse ponto que a hermenêutica desempenha um papel fundamental. Dificilmente os estudos empíricos podem responder a esta questão.

Milner coloca bem o problema ao acentuar a insuficiência de uma abordagem meramente sociológica da literatura:

*«These questions were typically framed in ways that allowed for quasi-quantitativ measurement, for example boxes ranging from 'strongly agree' to 'strongly disagree' by way of 'don't know'. The responses were measured in percentage terms and correlated against such variables as age, gender, class, and so on. (...) But the sociological approach remained oddly external to the culture it studied, happy to discover the age, gender and class of the average **Star trek** fan, measured to two decimal places, but unable to suggest very much as to what **Star trek** was actually 'about'. If English literature had long since discovered that it couldn't stand popular culture, then sociology would discover that it couldn't understand it».*

(Milner, 1996: 14)

Qualquer análise externa ao texto, sociológica digamos, embora seja importante para esclarecer os modos como os contextos sociais lidam com a literatura, não servirá de muito se ignorar a experiência estética. Tanto mais que muitas categorias não são inquestionáveis e são usadas pela sociologia por mera facilidade de medição como nos dizem Ghiglione e Matalon:

«o carácter 'objectivo' da medida de uma variável, ou seja, a ausência de ambiguidade no processo de atribuição de um indivíduo a uma categoria dessa variável, não implica, nem a neutralidade teórica da constituição dessas categorias, nem a objectividade da utilização que será feita a partir dela».

(Ghiglione e Matalon, 1993: 310)

Verdadeiramente central para se perceber a importância da hermenêutica não é tanto um tipo de abordagem quanto a interpretação que não exclua uma avaliação crítica pessoal: *«En tant que lecteur, j'aborde l'oeuvre non pour analyser des valeurs, mais pour confronter ma vision du monde avec des valeurs autres dans un but de confirmation, de modification ou de rejet»* (Nojgaard, 1993: 11). O paradoxo com o qual se debate a hermenêutica é os julgamentos de valor pessoais poderem obstruir a compreensão da obra.

Por seu turno, os estudos empíricos não estão isentos de confundir a análise de um problema com a defesa de uma causa. «Torturar os dados até que eles confessem» chamou Edward Leamer (1983) a este procedimento. É para isso que António Nóvoa (2002) chama a atenção quando, em relação ao cenário educativo actual, constata que muitas vezes se procura legitimar determinada posição política através de resultados que não existem.

Os estudos empíricos na antiga RDA são outra face do mesmo problema. Pode dizer-se que aqui os estudos de recepção não constituíram um projecto novo. Na teoria do conhecimento dialéctico, a historicidade (desaparecida no período da autonomia do texto e depois reaparecida com os debates ligados à figura de Jauss) sempre foi um problema central nos estudos literários, bem como a função social da arte entendida enquanto formação. Estes princípios proporcionaram uma abordagem da literatura a partir do método das ciências sociais. Mas, na verdade, posso concluir, dos estudos empíricos por mim analisados, que estes não procuravam testar as hipóteses funcionais que colocavam e não tiveram qualquer influência sobre o aparelho teórico. Eram antes um modo de legitimar a instrumentalização das obras literárias para determinados fins¹. Nesta perspectiva, «o relativismo interpretativo de tipo burguês», expressão recorrente nestes trabalhos para designar os estudos de recepção do lado ocidental, opor-se-ia ao conhecimento «objectivo» do processo histórico, mas, como defende Aguiar e Silva, as leituras humanas não podem eximir-se à «finitude da consciência e da razão históricas» (Aguiar e Silva, 1987: 23).

Embora sem a segurança de um metaprincípio que avalie a avaliação como queria o materialismo dialéctico, não deixa de ser interessante colocar a obra literária em relação com os lugares institucionais de conhecimento. Articular os estudos empíricos com a hermenêutica é articular a literatura com o sistema social nos seus valores ideológicos e modos de lidar com o fenómeno literário. Por outras palavras, o estudo da literatura enquanto *corpus* textual poderá ser complementado com o estudo da literatura em contextos particulares, por exemplo, analisando-a como instituição e atendendo a quem participa dos circuitos de difusão dos textos e como o faz. Neste sentido se pode falar, com Jauss, da «falsa oposição entre empirismo e hermenêutica» (1987: 70). É que a hermenêutica também distingue a *ars intelligendi* da *ars explicandi*. Ora esta não é pura *interpretatio*, mas tem valor de uso numa situação particular, é *applicatio*. Mario Valdés esclarece os termos da questão:

«The problem of meaning is in fact the problem of representation – the problem of representing the heterogeneous diversity of types of knowledge in the different contexts of understanding. We understand and interpret texts to the extent that we are able to contextualize them. On this most important point, semiotics, hermeneutics and experimental physics are very close».

(Valdés, 1996: 264-265)

¹ Para uma síntese destes trabalhos cf. Sequeira (2003), especialmente pp. 112-118.

A justificação para o uso dos métodos empíricos na literatura está, sobretudo, na cooperação interdisciplinar, mais até do que na orientação discursiva². A teoria dos polissistemas é um bom exemplo de como a abordagem sociológica pode esclarecer aspectos importantes relacionados com a organização social da literatura, pese muito embora a prioridade dada à identificação e desconstrução da ideologia com sacrifício das próprias obras literárias. Não será de relegar as contribuições heurísticas trazidas por esta teoria, nomeadamente a noção de estabilidade e instabilidade conjugada com a distinção entre textos canonizados e não canonizados, explicando as tensões entre cultura oficial e não oficial. Mas, de um modo geral, a sociologia da literatura e as teorias que perspectivam o fenómeno literário a partir do interesse pela comunicação literária recorrem ao empirismo. A definição análoga da área de estudo, considerando o fenómeno literário como um produto funcional que depende de muitos factores e práticas sociais mutáveis, propicia esta abordagem.

A proposta de Karlheinz Stierle (1991) de abandonar o círculo mágico da pura reflexividade, que ele caracteriza como *regressus ad infinitum*, compreendendo a compreensão da compreensão e assim sucessivamente, e estudar a conexão entre a compreensão e a situação concreta em que ela ocorre, situa a problemática da interpretação nas instituições de leitura como *locus* da compreensão que afirma a sua verdade por um saber partilhado.

O problema é quando a «canonização disciplinar» como lhe chama Aguiar e Silva (1990: 31) resulta numa perspectiva monolítica e na extrapolação do objecto formal da própria disciplina. A incompreensão mútua inicial entre os estudos empíricos e a hermenêutica parece reflectir isto mesmo.

É difícil não dar razão a Jauss quando então ele criticava certos procedimentos do empirismo, por exemplo, apurar quais as fantasias que os leitores projectam no texto. Por certo as ideologias do receptor não condicionadas pelo texto não terão qualquer relação com uma verdadeira compreensão da obra literária. Mas serão elas irrelevantes do ponto de vista pedagógico? Neste contexto, podem sempre constituir «modelos de orientação» como lhes chama Schmidt...

Se muitas vezes há uma depreciação fácil dos estudos empíricos pela modéstia dos seus resultados, não quer dizer que eles sejam irrelevantes de todos os pontos de vista. Um estudo empírico por mim realizado envolvendo um público estudantil universitário entre os 21 e os 27 anos pode constituir um exemplo a ter em conta. O texto, um poema de Carlos de Oliveira, era o seguinte:

Concha
escondida
entre os lírios da espuma
violada

² São estes dois aspectos que Schmidt associa ao empirismo. Veja-se o ponto «A plea for cooperation, discourse orientation and empiricity» no seu artigo de 1980, pp. 525-526.

como as portas da vida
que se cobrem
dos «roxos lírios»
do amor,
coalhaste
a praia solitária
de pérolas
e sal

(Oliveira, 1992: 191)

Salvo poucas excepções, os alunos leram literalmente o poema sem atender aos símbolos da maternidade e da sexualidade e às imagens da vida e da morte reunidas no acto amoroso. Eis duas «interpretações» típicas:

«O tema do texto é a concha que talvez tenha sido apanhada e aberta (morta), cujo cadáver vai dar à praia».

«O poema trata de um ambiente marinho em que a calma foi interrompida por algo de estranho que aconteceu à concha».

A explicação para isto não é fácil e outras investigações teriam de ser encetadas: não serão os jovens sensíveis ao erotismo? Ou antes será a ideologia do aparelho escolar a impor determinados temas e uma escolha restrita de textos? Se fosse este o caso – resultados de um estudo empírico realizado a larga escala em França por Yves Reuter (1985) comprovaram que a vontade de imposição de certos valores exclui da literatura a violência, a sexualidade, a escatologia e os conflitos sociais (cf. Reuter, 1985: 106) – seríamos levados a concluir que o contexto institucional de ocultação da variedade literária impõe, não só um número restrito de textos, mas certos hábitos que estabelecem um determinado tipo de relação cultural com o objecto literário. Esta conclusão seria suficiente para pugnar por um novo projecto de ensino.

Outras conclusões «menores» como a irritabilidade dos estudantes perante algo que escapa à norma da realidade referencial e impede a comunicação com a obra ou a excessiva atenção ao que nela é objectivável podem dar azo a outro projecto (cf. Sequeira, 2003: 270-271).

Muitas questões só podem ser clarificadas através de estudos empíricos. Embora esta abordagem possua bastantes limitações, existem áreas onde ela é necessária. Considerar os resultados da recepção por leitores reais será sempre uma aventura apaixonante, ainda quando não abra a possibilidade de correcção à tendência especulativa da teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel (1987) – «A 'leitura' de Deus e as leituras dos homens», in *Colóquio/Letras*, 100, pp. 19-23.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel (1990) – *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa: Universidade Aberta.

- EASTHOPE, Antony (1991) – *Literary into Cultural Studies*, London/New York: Routledge.
- FOUCAULT, Michel (1971) – *L'Ordre du Discours*, Paris: Gallimard.
- GHIGLIONE, Rodolphe e Benjamin MATALON (1993) – *O Inquirido*, 2.^a ed., tradução de Conceição Lemos Pires, Oeiras: Celta Editora (publicado originalmente em 1985).
- GOODMAN, Nelson (1995) – *Modos de Fazer Mundos*, tradução de António Duarte, Lisboa: ASA (publicado originalmente em 1978).
- HARTMAN, Geoffrey (1997) – *The Fateful Question of Culture*, New York: Colombia University Press.
- IGLÉSIAS SANTOS, Montserrat (1994) – «El sistema literario: Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas», in Darío Villanueva (org.), *Avances en Teoría de la Literatura*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 309-356.
- JAUSS, Hans Robert (1987) – «El lector como instancia de una nueva historia de la literatura», in José António Mayoral (org.), *Estética de la Recepción*, tradução do alemão para o espanhol de Adelino Álvarez, Madrid: Arco Libros, pp. 59-85 (publicado originalmente em 1975).
- JAUSS, Hans Robert (1994) – *Wege des Verstehens*, München, Wilhelm Fink Verlag.
- LEAMER, Edward (1983) – «Let's take the con out of econometrics», in *The American Economic Review*, 73 (1), pp. 31-43.
- NOJGAARD, Morten (1993) – *Plaisir et Vérité – Le Paradoxe de l'Évaluation Littéraire*, Wilhelmsfeld: Gottfried Egert Verlag.
- NÓVOA, António (2002) – «O Espaço Público da Educação: Imagens, Narrativas e Dilemas», in *Espaços de Educação, Tempos de Formação*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 237-263.
- MILNER, Andrew (1996) – *Literature, Culture and Society*, London: University College.
- OLIVEIRA, Carlos de (1992) – «Trabalho Poético», in *Obras de Carlos de Oliveira*, Lisboa: Caminho.
- REUTER, Yves (1985) – *Pour une Analyse Institutionnelle de la Littérature*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Paris VIII, 5 vols. (policopiada).
- SCHMIDT, Siegfried (1980) – «Fictionality in literary and non-literary discourse», *Poetics*, vol. 9, 5/6, pp. 525-546.
- SEQUEIRA, Rosa Maria (2003) – *O Poder e o Desejo: o Ensino da Literatura a Estrangeiros na Universidade*, Lisboa: Ministério da Educação.
- STIERLE, Karlheinz (1991) – «Studium: perspectives on institutionalized modes of reading» in *New Literary History*, vol. 22, 1, pp. 115-127.
- VALDÉS, Mario (1996) – «Hermeneutics and empirical studies», in Harald HENDRIX et al., *The Search for a New Alphabet*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 261-266.
- WEISBERGER, Jean (1996) – «Should literary studies be unreadable?», in Harald HENDRIX et al. (orgs.), *The Search for a New Alphabet*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 296-300.